CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1923/81

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ASSUNTO : Solicita inclusão de dispositivo da Deliberação
18/78

RELATORA : Consa. Maria Aparecida Tamaso Garcia

PARECER CEE Nº 443 /82 - CESG - Aprovado em 31/03/82

1. HISTÓRICO:

O Senhor Secretário de Estado da Educação encaminha a este Conselho sugestão no sentido de ser incluído na Deliberação CEE 18/78 "dispositivo que estabeleça a forma em que poderão ser estabelecidos Convênios, v.g. para Educação Física (Dec. 69450 de 19/11/71, Art. 17, §1º) e as proibições, como no caso, com estabelecimentos pertencentes a outros sistemas ou entidades educacionais não regulares." (grifos nossos).

É a seguinte a justificativa da solicitação:

"O Sr. ALTAYR DE OLIVEIRA, representante legal do COLEGIO "GEOFÍSICO", sediado no ESTADO DO RIO DE JANEIRO, estabeleceu TERMO DE CONVÊNIO com a ESCOLA DE ENFERMAGEM "IRMÃ MADALENA", sediada na Rua Ricardo Gonçalves, 126, São Paulo/SP, cujos objetivos estão inseridos no documento anexado a este expediente.

O documento assinado pelo Sr. ALTAYR DE OLIVEIRA, dirigido ao Sr. CHEFE DO 5º DISTRITO EDUCACIONAL - BRAS/SP" (g.n.) esclarece bem suas intenções (of. CG 0231, de 30.06.81), referente à publicação inserida no jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO" de 29.05.81, afirmando, entre outras questões, que, "mesmo firmando o CONVÊNIO, teve o cuidado de informar as Autoridades Educacionais de São Paulo quando das atividades de seu Colégio", cujos esclarecimentos, da parte da administração desta Secretaria, estão em documentação anexa.

Afirma que os alunos, "apesar de residirem em São Paulo, pertencem ao Sistema do Rio de Janeiro, que tiveram seus direitos baseados na Lei 5692/71 no seu artigo 25, § 2º".

Segundo seu entendimento, os alunos freqüentam curso na cidade de São Paulo, e a banca examinadora do Colégio "Geofísico" (RJ) realta os exames, recebendo a documentação dos alunos inscritos. Como se verifica pela sindicância realizada por esta Secretaria, os "alunos" ou "candidatos" de São Paulo não assistiam às aulas e nem mesmo realizavam provas no Colégio "Geofísico" do Rio de Janeiro, tendo muitos deles admitido que jamais estiveram no Rio de Janeiro.

PROCESSO CEE 1923/81

PARECER CEE: 443 /82 fls.02

O assunto foi apreciado pelo Egrégio Conselho Estadual de Educação, relatado pela nobre Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia, que, com profundidade e clareza, analisou a questão, tendo o Colegiado determinado as providências cabíveis, conforme Parecer CEE nº 1359/81.

Tais providências estão sendo tomadas por esta Secretaria em relação à Escola "Irmã Madalena" e pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, conforme of. ECSUPE nº 433/81, em anexo, em relação àquele sistema.

O Egrégio Conselho Estadual de Educação em muitas oportunidades tem se manifestado quanto aos CONVÊNIOS, não admitindo práticas que se constituam em "tentativa de burla ao controle que mantém os órgãos de ensino sobre as atividades educacionais (Par. CEE 289/78), cabendo ainda mencionar os Pareceres 1739/78 e 1359/81.

Já em 1972, a Res. SE-30 (5.7.72) declarava nulos de pleno direito os atos escolares decorrentes de convênios firmados entre estabelecimentos de ensino vinculados aos sistemas estaduais e cursos livres de qualquer natureza, preocupação ligada especialmente aos denominados "preparatórios" de exames vestibulares a escolas superiores.

Nesta oportunidade, o que se verifica é o convênio entre escolas de sistemas de ensino diversos.

O fato, ainda que eventual, causa preocupação, e exige normas rígidas.

Diz o art. 177 da Constituição da República Federativa do Brasil:

"Artigo 177 - Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União os dos Territórios, assim como o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais." (c.n.)

Diz ainda o Art. 8º do mesmo diploma:

"Artigo 8º - Compete à União:

XVII - legislar nobres

a- diretrizes e bases da educação nacional";

Cumprindo estas disposições, que já constavam na Constituição Federal de 1946 (art. 5º, XV, "d"), foi editada a Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, parcialmente revogada pela Lei 5692, de 11.8.71.

Assim, o Art. 16 da Lei 4024/61 declara que "é da Competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à união, bem como reconhecê-los e inspecioná-los", determinando as condições para o reconhecimento, entre elas, "escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno e da regularidade e autenticidade de sua vida escolar".

PROCESSO CEE 1923/81 PARECER CEE: 443 /82 fls.03

Determina ainda o § 3º do Art. 16 que "as normas para observância deste artigo e parágrafos serão fixadas pelo Conselho Estadual de Educação" (g.n.)

Repetindo a disposição constitucional, o Art. 11 da Lei - 4024/61 declara que "a União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino com observância da presente Lei."

No Estado de São Paulo, a Lei 10403, de 6.07.71, reorganizou o Conselho Estadual de Educação, "órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado da São Paulo", dispondo que, entre outras atribuições, lhe compete:

"Artigo 2º:

VIII - fixar normas para a instalação, autorização de funcionamento e reconhecimento de estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, municipais ou privados, bem como para aprovação dos respectivos regimentos e suas alterações e

IX - fixar normas para a fiscalização dos estabelecimentos referidos no inciso anterior, dispondo inclusive sobre casos de cassação de funcionamento ou de reconhecimento."

Assim, o Conselho Estadual de Educação fixou, pela Deliberação CEE 18/78, as "normas para funcionamento e reconhecimento de cursos, habilitações e de estabelecimentos de ensino municipais e particulares de 1º e 2º graus, regulares e supletivos, de educação infantil e de educação especial, no sistema de ensino do Estado de São Paulo."

Determina ainda a citada Deliberação que somente serão válidos os atos escolares praticados depois da publicação, no órgão oficial, da autorização de funcionamento do estabelecimento, cursos ou habilitações (Art. 3º).

Não pode, portanto, ocorrer a hipótese do funcionamento de escola regular em um sistema de ensino, sem observância das normas estabelecidas pelo respectivo Conselho de Educação, sob pena de total desrespeito aos colegiados próprios e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, complementar à Constituição."

Foram juntados:

1. ofício da direção do Colégio Geofísico", do Rio de Janeiro, a que se refere a petição do Sr. Secretário (fls. 6 o 7);

2. documentos comprovadores de que tal escola é portadora da autorização da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (fls. 8, 9 e 10);

3. certificado de Registro de Diretor expedido pela Secretaria de Educação do antigo Estado da Guanabara ao Sr. Altayr de Oliveira;

4. documentos assinados por autoridades escolares e funcionários do Governo dos Estados Unidos, pelos quais o Sr. Altayr deseja provar sua condição de "personagem internacional" (fls. 12, 13, 14);

5. cópia do termo de Convênio assinado pelos Srs. Altayr de Oliveira e Nelson Gonçalves de Macedo, objetivando "assessoramento e consultoria técnica educacional" (fls. 15 e 16);

6. cópia de ofício endereçado ao Sr. Secretário da Educação de São Paulo pelo mesmo Sr. Altayr de Oliveira, em 1977;

7. documentos escolares relativos à aluna Adair M.F. Chaves:

a) Cópia do requerimento de matrícula, assinado por Adair Maria Francisca Chaves; dirigido, em data de 22.4.77, ao diretor do Colégio "Geofísico" "no 1º grau supletivo" (não consta a série, nem endereço da interessada) - (fls.18);

b) Cédula de Identidade, Título de Eleitor e Atestado Médico da mesma aluna, todos expedidos por órgão de São Paulo (fls.19 / 20);

c) Cópia de certificado de conclusão do Curso de Educação Integrada-(1a. à 4a. série do 1º grau) expedido pelo MOBREAL de Guarulhos à mesma aluna, em 1974;

d) Cópia xerox de Certificado de "conclusão de 1º grau, em nível de suplência", expedido pelo Colégio "Geofísico", em 20.12.77.

Os documentos de nº 2 a 7 foram juntados pelo interessado ao seu ofício (Doc. 1).

Como esse ofício foi dirigido à Sa. Delegacia de Ensino, onde se situa a extinta Escola "Irmã Madalena", foi encaminhado ao Grupo de Controle de Atividades Administrativas e Pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação que tomou as seguintes providências:

1. Localizar, no âmbito dessa Secretaria, o documento de nº 06. Foi verificado o seguinte:

a) tal documento solicitava da Secretaria de Estado da Educação(SP) "autorização para cadastramento de suas atividades educacionais, em caráter provisório, uma vez que já encontra instalada na Rua São Lázaro, 261, Estação da Luz/Capital-SP, bem ao lado do Colégio Técnico "Santa Maria Goretti" Ltda. ...";

b) no verso do ofício consta entrada na 12a. DE da Capital, em 26.12.77, Protocolo 5885, distribuído pelo Encarregado do Setor de Pessoal ao Supervisor Pio Ugayama e abaixo a seguinte notação: "Retirado em 29.12.77", com assinatura que aparenta ser a mesma do signa-

PROCESSO CEE 1923/81 PARECER CEE: 441 /82 fls.05

tário do ofício - Sr. Alteyr de Oliveira.

O Grupo de Controle de Atividades Administrativas e Pedagógicas (GCAAP) fez juntar ainda cópia da folha do livro de "retirada de papéis" de Escolas Particulares que contem, entre as de outras escolas, o seguinte registro: "Requerimento-autorização para cadastramento - Colégio "Geofísico" - 29 - 12 - 77 - (Diretor) - assinatura e declaração do Supervisor Pio Ugayama de que só tomou conhecimento do citado ofício por ocasião da verificação agora feita (22.7.81).

Ainda foram juntados pela Secretaria de Estado da Educação:

a) cópia de recorte do jornal "o Estado de São Paulo", da 20.05.81, referente aos acontecimentos da Escola "Irmã Madalena", já examinados por este Conselho;

b) cópia do relatório da Comissão Especial de Sindicância, que fundamentou a cassação do autorização de funcionamento da mesma escola pela própria Secretaria, relatório também já examinado por este Conselho;

c) cópia do Parecer CEE 1359/81, através do qual este Conselho se manifestou a propósito dos eventos constantes em a e b;

d) cópia do ofício, em que o Serviço de Supervisão do Rio de Janeiro comunica ao Dirigente do GCAAP a instalação de Comissão de Verificação de regularidade de funcionamento do Colégio "Geofísico", bem como xerox do respectivo Ato de constituição da Comissão;

e) cópia do ofício-resposta ao Coordenador Setorial da Supervisão do Rio de Janeiro, do Prof. Alcides Akiau, Dirigente do GCAAP/São Paulo. A esse ofício foram anexados os Pareceres deste Conselho referentes ao assunto.

2. APRECIÇÃO:

Analisaremos o conjunto dos fatos, em ordem cronológica, mesmo correndo o risco de sermos repetitivos em relação a alguns, já relatados em pareceres anteriores deste Conselho:

1. em janeiro de 1978, este Conselho recebeu da Sra. Delegada do MEC, em São Paulo, ofício de nº 45/78, dando conhecimento de que comunicara à Delegacia Regional do M.E.C. - do Rio de Janeiro, que a sindicância policial revelara o envolvimento em mecanismos de "conveniados" com entidades daquele Estado, especialmente com o Colégio "24 de Maio", das seguintes "escolas paulistas":

- a) Instituto Nacional da Cultura Integral S/C Ltda;
- b) Escola Prática de Enfermagem e Massagem;
- c) Escola de Aperfeiçoamento Técnico e Prático "Miguel Couto", S/C Ltda;
- d) Escola de Enfermagem e Massagem "Irmã Madalena";
- e) Escola de Enfermagem e Massagem "Santa Maria Goretti".

Dito ofício, além de indagar deste Conselho Estadual de Educação se tais entidades estavam ou não "devidamente registradas para prestação de serviços educacionais no Estado de São Paulo, informava ainda que o inquérito originado no DEOPS indicava que provavelmente existiriam, no Estado de São Paulo, "mais de quinhentas pessoas que possuem certificados dos cursos referidos".

2. À vista do Ofício MEC-DR-5 45/78 e do contido no Processo DRECAP-2: 4859/77, este Colegiado manifestou-se, através do Parecer CLN: 289/78, da seguinte forma:

"Entendemos que tal convênio, pelas suas finalidades, constitui tentativa de burla ao controle que mantêm os órgãos de ensino sobre as entidades educacionais, não podendo, portanto, nem sequer ser considerado como elemento favorável às escolas, mas sim como elemento demonstrativo de evidente desejo de fraude". E concluiu:

"Assim, pois, as escolas - Instituto Nacional da Cultura Integral S/C Ltda, Escola Prática de Enfermagem e Massagem",, Escola de Aperfeiçoamento Técnico e Prático "Miguel Couto" S/C Ltda., Escola de Enfermagem e Massagem "Santa Maria Goretti" e Escola de Enfermagem e Massagem "Irmã Madalena", umas constantes aos processos supracitados, já objeto de verificação preliminar por parte da Secretaria do Educação e as outras citadas no ofício da Sra. Delegada do MEC, devem ser objeto de rigorosa e urgente sindicância, por parte da Secretaria da Educação, para apuração dos fatos já denunciados nos processos supracitados e se concluído pela procedência da denúncia, serem os cursos proibidos de funcionar, além das demais sanções administrativas cabíveis.

Existindo, como se refere a Sra. Delegada do MEC, Sindicância Policial, para apurar a existência de ilícito penal, as conclusões desta determinarão as medidas a serem tomadas nessa área."

Cópia deste Parecer deve ser enviado ao CEE do Estado do Rio de Janeiro.

Desse Parecer foi dada ciência à Delegacia Regional do MEC, São Paulo, pelo ofício CEE 351/78, ao Conselho Estadual do Rio de Janeiro, pelo ofício CEE 352/78, e à Secretaria de Estado da Educação/S. Paulo, pelo ofício CEE 375/78."

3. O Parecer CEE 1359/81 - referente à regularização da vida escolar de alunos da Escola "Irmã Madalena", fechada pela Secretaria da Educação, pela Resolução SE 111/81 - resume as conclusões das sindicâncias realizadas e situação dessas escolas, em 1981, que em síntese é a seguinte: das cinco escolas envolvidas, quatro se filiaram ao sistema, com alteração de nome e endereço, em alguns casos, mas com os mesmos mantenedores.

4. Tendo em vista as circunstâncias que cercaram a cassação da autorização de funcionamento da Escola "Irmã Madalena", ficou claro que pelo menos essa escola continuava, mesmo depois de vinculada ao sistema, a "distribuir" certificados de conclusão do 1º grau, expedidos por escolas do Rio de Janeiro a alunos que se matriculavam nos seus cursos de 2º grau e que, comprovadamente, não frequentaram aquelas escolas.

Nos arquivos da Escola "Irmã Madalena" foram identificados: 135 certificados expedidos pelo Colégio "Geofísico" e assinados pelo Sr. ALTAYR DE OLIVEIRA.

5. Tendo em vista antecedentes comuns às escolas "Irmã Madalena", Colégio Técnico "Santa Maria Goretti" e Colégio Técnico "Manuel de Abreu", este Conselho, no Parecer CEE 1359/81, determinou à Secretaria de Estado da Educação que deveria proceder a um levantamento em profundidade nessas escolas, informando, posteriormente, a este Conselho.

Do resultado desse levantamento ainda não temos informação.

6. No Rio de Janeiro, as providências, de que até o momento temos notícia, são as seguintes:

a) as já referidas no Parecer CEE 1359/81, quanto ao Colégio Técnico "24 de Maio" e determinadas pelo Parecer CEE RJ 277/81, entre as quais as seguintes, que interessam a esse Conselho:

- autorização para que a SE do Rio de Janeiro procedesse ao fechamento da escola;

- autorização para que a mesma Secretaria procedesse à realização de exames especiais, em estabelecimentos oficiais, para fins de validação de todos os certificados expedidos pela escola até aquela data;

b) as constantes no Parecer CEERJ 365/81, referentes ao Colégio "Geofísico", cuja conclusão é a seguinte:

"Considerando os fatos expostos no histórico do presente parecer e considerando ainda as circunstâncias em que já esteve envolvido o estabelecimento, somos de Parecer que, além das medidas acautelatórias propostas pelo Sr. Assessor Jurídico da ECSUPE, deve toda a documentação expedida pelo estabelecimento, a partir de 1981; estar sujeita ao "visto" do órgão próprio da SEEC/RJ, sem o qual a referida documentação não terá validade.

Entendemos ainda que deva ser divulgado para os órgãos competentes o relatório conclusivo da Comissão de Supervisores, dando ciência da real extensão dos fatos ocorridos e das condições de funcionamento da Escola.

O presente Parecer deve receber ampla divulgação, sobretudo junto à Delegacia Regional do MEC e aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional."

Estes são os antecedentes. Agora analisemos a petição do Sr. Secretário e o constante em sua justificativa.

Em primeiro lugar, consideramos oportuno identificar claramente o problema:

a) Escolas do Estado do Rio de Janeiro, ao que se sabe, com funcionamento autorizado pela Secretaria de Educação daquele Estado, têm-se utilizado, através de convênios, de escolas paulistas, via de regra, não vinculadas ao sistema, como instrumentos de distribuição de certificados de 1º grau ou de habilitações profissionais na área da Saúde;

b) as sindicâncias já realizadas indicam que os portadores desses certificados não frequentaram as escolas do Rio, responsáveis pela expedição dos certificados. Há algumas indicações de que "bancas examinadoras" providas do Rio de Janeiro teriam realizado avaliações referentes a alguns alunos;

c) os certificados de 1º grau já identificados são referentes a cursos supletivos e todos expedidos em papel timbrado das escolas do Rio de Janeiro e assinados por diretores dessas escolas que trazem sobposto ao nome o número de Registro de Diretor no Ministério de Educação e Cultura:

d) o Sr. Diretor do Colégio "Geofísico" do Rio de Janeiro argumenta o seguinte, quanto aos certificados expedidos por essa escola, nas condições descritas em a, b, c:

"Quanto ao Certificado, estampado no jornal da aluna ADAIR MARIA FRANCISCA CHAVES, é autêntico e disto o Colégio não abre mão, pois a referida aluna foi matriculada em tempo hábil, conforme consta em sua documentação anexa. Os certificados em questão, poderão ser autenticados pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, desde que os alunos os requeiram. Tais alunos, apesar de residirem em São Paulo, pertencem ao Sistema do Rio de Janeiro, que tiveram seus direitos baseados na Lei 5692/71 no seu Art. 25, § 2º: os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos";

e) trata-se de saber o que é que o sistema de ensino do Estado de São Paulo, pode fazer para por cobro a essa situação.

Entendemos que cabe ao sistema de ensino do Rio de Janeiro dizer se a escola Colégio "Geofísico" está autorizada a expedir certificados nessas condições.

Este Conselho entende que não, em relação às suas escolas, já tendo se manifestado através dos Pareceres: 289/78 e 1359/81.

O Parecer CEE 289/78 - "(...) se concluído pela procedência da denúncia, serem os cursos proibidos de funcionar, além das demais sanções administrativas cabíveis."

- Parecer CEE 1359/81 - "A Secretaria de Estado da Educação deverá: (1...; 2...; 3...; 4...); 5 - Informar a opinião pública de que os certificados expedidos por escolas de outros Estados, em convênios com escolas paulistas, não são válidos para nenhum fim, bem como não são válidos para nenhum fim os estudos reclinados no Colégio Técnico da Vila Mariana e que só têm validade para fins de promoção cultural os certificados expedidos por escolas livres (...) ou pelas escolas listadas no Parecer CEE 289/78, inclusive e "Irmã Madalena", antes de sua vinculação ao sistema."

Essa posição do CEE, evidentemente, só tem sentido em rela-

ção às escolas vinculadas ao sistema do ensino, as quais estão sujeitas a sanções administrativas e a certificados nos quais conste a circunstância do terem sido expedidos através de escolas paulistas em convênio com escolas de outros Estados.

Tratando-se de "escolas livres" e documentos expedidos unilateralmente por escolas de outro Estado, como é o caso, não pode a administração do sistema de ensino do Estado de São Paulo declarar e sua não validade, pois isso colocaria sob suspeição todos os certificados expedidos por escolas do Rio de Janeiro e por que não de outros Estados?

Ademais, medidas tomadas pelo CEE do Rio de Janeiro, em relação, por exemplo, no Colégio Técnico "24 de Maio", possibilitem que os alunos paulistas, portadores desses certificados "sob suspeita", possam regularizá-los, com a prestação de exames especiais, o que invalidaria qualquer medida tomada por este Conselho ou pela Secretaria da Educação de São Paulo.

Por isso mesmo, o Parecer CEE 1359/81 indicou à Secretaria de Estado da Educação a necessidade de:

a) "Reiterar, junto à Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro, a urgência das investigações a serem feitas junto às escolas relacionadas, no relatório da Comissão Sindicante" (de S.Paulo).

b) "Publicar, para conhecimento da rede escolar do Estado, a conclusão do Parecer CEE-RJ 277/81, no que se refere aos concluintes do Colégio Técnico "24 de Maio"(...)."

Não temos notícia se foram ou não tomadas.

As providências a serem tomadas pelo Conselho Estadual de Educação a que interessam a solução, deste assunto foram:

a) oficiar ao Conselho do Estado do Rio de Janeiro agradecendo as providências tomadas em função do Parecer CEE 289/78 (...) e solicitar a mesma atenção em relação à situação envolvendo outras escolas daquele Estado (...);

b) oficiar ao DOPS pedindo enérgicas providências em relação às quadrilhas de falsários(...).

Essas providências foram tomadas através dos ofícios 655/81 e 656/81, respectivamente.

Delas não tivemos retorno de informação até o presente.

Agora, o Sr. Secretário solicita deste Conselho medida que entendamos preventiva de novos casos, com a introdução de um dispositi-

vo que regulamente os "convênios entre escolas do sistema de ensino do Estado de São Paulo (para fins de utilização de instalações de Educação Física, por exemplo), proibindo sejam eles celebrados com escolas de outros sistemas ou com "escolas livres"/ mesmo sediadas em território paulista. Obviamente, a norma só pode ser dirigida a escolas vinculadas ao sistema.

A proposta soluciona pelo menos parte do problema. Isto porque o derrame de certificados falsos em nosso Estado não se faz (a não ser num caso, o da Escola "Imã Madalena", por isso mesma fechada pela Secretaria de Estado da Educação), através de escolas vinculadas ao sistema, mas através de escolas livres e escritórios (tal como parece estar acontecendo no recente episódio do escritório sediado em São Paulo, vinculado a um Centro de Ensino Supletivo de Brasília).

E esses casos, entendemos, só podem ser resolvidos pela polícia de São Paulo, depois de manifestação sobre sua irregularidade pelos responsáveis pelos sistemas de ensino das unidades federadas, onde se situam as escolas por eles fiscalizadas e que são responsáveis pela expedição dos certificados.

Sugerimos mesmo que esse assunto seja objeto de uma reunião conjunta entre os Conselhos das unidades federadas e eventualmente relacionadas com esses episódios e até mesmo levado à reunião conjunta dos CEEs. com o Conselho Federal de Educação.

Por outro lado, reiteremos que deva a Secretaria de Estado da Educação fazer um levantamento em todas as suas escolas dos certificados provenientes das escolas "sob suspeita" e que devem ser encaminhados, acompanhados de relatório para o "visto" dos órgãos de supervisão da Secretaria de Educação das unidades federadas correspondentes.

Essas seriam medidas corretivas, ao alcance da nossa administração.

Com relação a medidas preventivas, no âmbito do sistema, como a sugerida pelo Sr. Secretário de Estado da Educação, é preciso diferenciar esses "convênios" daqueles de intercomplementaridade previstos no art. 3) da Lei 5692/71 ou os citados no Art. 17 do Decreto Federal 69450/71 do mesmo tipo aqueles convênios visam apenas possibilitar melhores condições de funcionamento de escolas regulares que não disponham de todas as instalações necessárias por si mesmas, com o uso dessas instalações em escolas ou instituições "situadas na mesma localidade" ou "mais próximas", que as tenham ociosas.

Com a finalidade de atender à sugestão do Sr. Secretário, e principalmente com a preocupação de impedir que escolas do nosso sistema possam agir em outros Estados, distribuindo lá seus certificados a alunos que realmente não as frequentaram, propomos seja incluído na De-

liberação CEE 18/78 a disposição expressa no projeto de Deliberação anexo.

Também sugerimos seja preparado por este Conselho, com assessoria da douta Comissão de Legislação e Normas, documento-consulta ao Conselho Federal de Educação ou outro órgão a seu critério, sobre a situação descrita nos autos em face da legislação que dá competência a cada sistema para inspecionar as unidades escolares de sua área de jurisdição (geográfica?) que praticam atos relativos à expedição de diplomas e certificados, nos termos da Lei 5692/71, considerada a possibilidade de ensino à distância, prevista para o ensino supletivo, na mesma lei.

São Paulo, 15 de março de 1982

a) Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
Relatora

DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SECUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Bahij Amin Aur, Casimiro Ayres Cardozo, Jorge Barifaldi Hirs, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, e Roberto Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1982

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 31 de março de 1982

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente